

## Desarranjo federativo

DRAMA DAS PROVÍNCIAS ARGENTINAS MERECE ESPECIAL ATENÇÃO NO BRASIL

*Rogério Furquim Werneck\**

Na Argentina, vários governos provinciais vêm enfrentando um quadro dramático de falência. A situação parece particularmente grave em Corrientes, situada na fronteira com o Rio Grande do Sul, na outra margem do Rio Uruguai. Nesta província, meses de salários em atraso, funcionários em greve, escolas fechadas e serviços públicos paralisados levaram a um quadro de crescente comoção social, marcado por distúrbios que chegaram a exigir envio de tropas federais. No último fim-de-semana, o Legislativo provincial acabou aprovando o *impeachment* do governador. E é bem possível que ainda venha a aprovar uma intervenção na prefeitura da capital da província.

A crise de Corrientes é apenas a manifestação mais aguda das dificuldades fiscais que vêm afetando a maior parte das províncias argentinas. Até mesmo a província de La Rioja, de onde provém o Presidente Menem, está enfrentando problemas. Apesar de ter sido agraciada em 1998 com mais de um quarto das transferências voluntárias de recursos do Tesouro Nacional às províncias, a diminuta La Rioja está com os salários do funcionalismo em atraso. Com apenas 220 mil habitantes (adultos e crianças), La Rioja tem 31 mil empregados públicos.

Esta hipertrofia do emprego no setor governamental é observada, em maior ou menor grau, em quase todas as províncias. Resulta de longos anos de generosa distribuição de empregos públicos, defendida por muitos governadores como simples política compensatória, tendo em vista o crescimento medíocre das oportunidades de emprego em suas províncias. O certo, contudo, é que o gasto com pessoal tornou-se inviável. Boa parte das províncias parece não ter base fiscal suficiente para bancar suas folhas de pagamento em qualquer cenário econômico plausível. Na verdade, em muitas delas é tão grande a importância do emprego público na geração de renda, que um atraso do pagamento do funcionalismo deflagra uma séria crise no setor privado da economia provincial, amplificando em muito os desdobramentos sociais e políticos das dificuldades fiscais da província. É o que parece estar ocorrendo em Corrientes.

Por ora, o *impeachment* do governador aliviou o clima de tensão política em Corrientes, mas ainda não parece ser a solução para a profunda crise financeira que vem sendo enfrentada pela província. Nem mesmo se sabe de onde poderão sair os recursos necessários para reduzir o atraso da folha de pagamentos da província. Pode parecer que a solução natural seja uma ajuda do governo federal. Mas não é tão fácil. Desde a desvalorização do real no início do ano, a Argentina vem se desdobrando para assegurar a preservação do seu regime cambial. Esta mobilização tem envolvido um reforço considerável da austeridade fiscal, em meio a forte recessão. O que significa que dificilmente haverá espaço nas contas federais para acomodação de uma ajuda

significativa do governo nacional às províncias. E que, portanto, o drama que vem sendo vivido no interior argentino parece estar longe do fim.

Da perspectiva brasileira, os problemas fiscais das províncias argentinas merecem atenção por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, encerram lições importantes acerca dos descaminhos do nosso próprio federalismo. O que vem sendo observado no país vizinho é o desfecho cruel da inviabilidade fiscal em governos subnacionais, quando afinal submetidos a uma restrição orçamentária efetivamente rígida. Entre nós, isto vem sendo evitado ao longo dos últimos anos pela recorrente disposição do governo federal de afrouxar a restrição orçamentária, na medida do necessário, sempre que a crise fiscal de um Estado começa a assumir proporções mais preocupantes. Se de um lado isto evita desdobramentos tão lamentáveis como os que hoje se observam na Argentina, de outro, contribui para postergar o ajuste fiscal nos Estados. Os governadores têm sólidas razões para ter certeza de que sempre serão salvos no último momento.

Certamente não é o caso de receitar o gosto amargo do desastre das províncias argentinas para disseminar as virtudes da responsabilidade fiscal entre Estados brasileiros. Mas talvez seja o caso de se condicionar mais estritamente o direito a operações (mesmo discretas) de salvamento, a demonstrações muito mais convincentes de compromisso com medidas estruturais de ajuste fiscal do que as que hoje podem ser observadas na maior parte dos Estados. Embora tenha havido avanços importantes nesta área, o governo federal ainda está longe ter conseguido submeter os Estados a restrições orçamentárias efetivamente rígidas.

Mas há uma segunda razão pela qual os problemas fiscais das províncias argentinas merecem atenção no Brasil. Tais problemas representam hoje um ponto de especial fragilidade no grande esforço de preservação do regime cambial que vem sendo empreendido em Buenos Aires. Com o avanço do calendário eleitoral na Argentina, o governo deverá enfrentar dificuldades cada vez maiores para continuar negando recursos federais às províncias. Principalmente se a crise de Corrientes for apenas o início de uma sucessão de crises similares, talvez simultâneas, cujos desdobramentos podem acabar representando custos políticos insustentáveis na reta final da eleição argentina.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.